



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 12 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 27 de março de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO Mantega prorroga corte de IPI para eletrodomésticos VEICULAÇÃO NACIONAL	1
FOLHA DE SÃO PAULO Início de ano fraco faz Dilma ampliar ajuda à indústria VEICULAÇÃO NACIONAL	2
FOLHA DE SÃO PAULO Governo lança novos estímulos à indústria para conter desânimo VEICULAÇÃO NACIONAL	6
FOLHA DE SÃO PAULO Planalto avalia votar Código Florestal, mas ameaça veto VEICULAÇÃO NACIONAL	7
O GLOBO Pimentel tem dez dias para se explicar VEICULAÇÃO NACIONAL	8
O GLOBO Chinaglia admite votar código antes da Rio+20 VEICULAÇÃO NACIONAL	9
O GLOBO Dilma quer Lobão na presidência do Senado VEICULAÇÃO NACIONAL	10
AGENCIA DE NOTICIAS DO ACRE Tião Viana e governadores da Amazônia discutem documento que será apresentado na Rio + 20 VEICULAÇÃO NACIONAL	11
AGENCIA DE NOTICIAS DO ACRE Jatene está na comissão que vai elaborar a Carta Amazônia VEICULAÇÃO NACIONAL	12
VALOR Comércio eletrônico deve ter ICMS rateado entre Estados VEICULAÇÃO NACIONAL	14
VALOR Fazenda amplia desoneração de IPI, mas não quer demissões VEICULAÇÃO NACIONAL	15
BRASIL ECONÔMICO-SP Indústria, de novo, derruba prévia do PIB feita pelo BC VEICULAÇÃO NACIONAL	16

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Mantega prorroga corte de IPI para eletrodomésticos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O ministro Guido Mantega (Fazenda) prorrogou por mais três meses a redução do IPI sobre eletrodomésticos da linha branca, como geladeiras, e sobre móveis. O objetivo é estimular a economia. Em janeiro, o Índice do Banco Central sobre atividade econômica indicou retração de 0,13% ante dezembro, em razão do fraco desempenho da indústria.

Governo prorroga isenção de IPI para linha branca e inclui mais três setores

RICARDO LEOPOLDO e FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou ontem a prorrogação por mais três meses da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que recai sobre os eletrodomésticos da chamada linha branca (geladeiras, lavadoras de roupa, tanquinhos e fogões). A medida também passa a valer para móveis, laminados e luminárias, e o objetivo do governo é estimular a economia.

Com isso, o governo deixará de arrecadar R\$ 489 milhões, disse o ministro ao anunciar as medidas em reunião com empresários na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

As desonerações já estão em vigor e valem até o fim de junho. A contrapartida das indústrias, ressaltou Mantega, é o compromisso de manutenção dos empregos. "Esperamos até que o número de empregos seja aumentado para atender à demanda, que deve crescer", afirmou.

Anunciada em dezembro de 2011, a redução do IPI da linha branca valeria até o fim deste mês. Nos últimos três meses, sob o impulso do benefício fiscal, as vendas desses produtos subiram cerca de 20% em relação a igual período do ano passado, segundo levantamentos de representantes do varejo.

Além da prorrogação do benefício, Mantega também anunciou que serão reduzidas as alíquotas do IPI incidentes

sobre toda a linha de móveis (de 5% para zero), para o papel de parede (de 20% para 10%), laminados (de 15% para zero) e de luminárias e lustres (de 15% para 5%).

As medidas fazem parte da estratégia do governo de tentar reanimar a economia neste início de ano, depois da divulgação de resultados ruins nos últimos meses. Na semana passada, a presidente Dilma Rousseff e o ministro Mantega se reuniram em Brasília com 28 grupos empresariais e prometeram mais estímulo para a indústria.

Ontem, ao chegar à sede da Fiesp, o ministro afirmou que as desonerações tributárias serão **importantes** para dar continuidade ao processo de expansão da economia neste ano. "O País deverá estar crescendo ao redor de 5% no segundo semestre", afirmou Mantega.

O ministro lembrou que o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu 2,7% no ano passado, mas concluiu que, com vários estímulos oficiais, especialmente a queda de juros pelo Banco Central e desonerações fiscais, será possível fazer com que a economia do País avance 4% em 2012.

Mantega explicou que o setor de materiais de construção, que também reivindicava estímulos, não foi contemplado com medidas semelhantes pois já é beneficiado por regime de isenção fiscal há pouco mais de dois anos.

O ministro ressaltou que o governo prepara outras medidas para estimular a economia, citando a desoneração da folha de pagamento para vários segmentos da área industrial. Mas, não deu mais detalhes sobre que tipo de ações o governo está estudando.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Início de ano fraco faz Dilma ampliar ajuda à indústria		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A equipe econômica do Planalto lançou novas medidas de estímulo pouco após o Banco Central divulgar recuo de 0,13% na atividade econômica em janeiro. Para incentivar a indústria, Guido Mantega (Fazenda) anunciou a ampliação da desoneração em vigor e a inclusão de novos setores. O corte do IPI para a linha branca (geladeiras e fogões), que terminaria neste mês, vai valer até junho

Governo lança novos estímulos à indústria para conter desânimo

Fazenda prorroga redução de impostos para linha branca e estende benefício a móveis, pisos laminados e luminárias

Projeções do BC indicam que economia continuou devagar no início do ano e frustram equipe econômica

VALDO CRUZ

SHEILA D'AMORIM

LORENNA RODRIGUES

DE BRASÍLIA

A equipe econômica da presidente Dilma anunciou ontem novas medidas de estímulo à indústria, numa tentativa de reverter sinais de que a economia continuou com o pé no freio em 2012.

Projeções divulgadas ontem pelo Banco Central indicam que a atividade econômica sofreu recuo de 0,13% em janeiro, depois de ficar praticamente estagnada no segundo semestre de 2011.

Horas depois de o BC divulgar o número, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou novas reduções de impostos para a indústria, setor que mais tem sofrido com o esfriamento da economia.

O governo prorrogou por mais três meses o corte do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) dos eletrodomésticos da chamada linha branca (geladeira, fogão, máquina de lavar e de secar), em vigor desde o fim do ano.

O governo também reduziu até junho o IPI para fabricantes de móveis, pisos laminados e revestimentos, e

lustres e luminárias, três setores que se queixam de dificuldades para competir com produtos **importados**.

Móveis e laminados tiveram a alíquota de IPI zerada. A alíquota cobrada do papel de parede foi reduzida de 20% para 10%, e o imposto de luminárias e lustres cairá de 15% para 5%.

O anúncio foi feito momentos antes de um encontro do ministro com representantes da indústria na sede da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Mantega diz ter cobrado da indústria garantias de que os empregos nos setores beneficiados serão mantidos. "A contrapartida é que não pode haver demissão", disse.

O governo informou que as medidas de estímulo anunciadas ontem representam uma renúncia de R\$ 489 milhões para os cofres públicos.

Os setores escolhidos pelo governo representam uma fatia pequena da **produção** industrial brasileira, equivalente a menos de 3% do total, de acordo com dados do IBGE.

Na semana passada, Dilma participou de uma reunião com 28 banqueiros e empresários e prometeu empenho do governo para defender a indústria nacional.

O ministro também anunciou a inclusão das indústrias **exportadoras**, de autopeças, aviação e naval no rol de setores beneficiados com medidas de desoneração da folha de pagamento.

As novas projeções do BC frustraram as expectativas da equipe econômica, que acreditava que a redução das taxas de juros e outras medidas adotadas desde o ano passado para reanimar a economia seriam suficientes para fazer a atividade recuperar o ritmo no início deste ano.

A avaliação foi que a queda de 0,13% em janeiro em comparação com dezembro poderia aumentar o desânimo dos agentes econômicos e que, por isso, era necessário reagir. Daí a decisão de anunciar ontem as novas medidas, que já estavam em estudo.

Para analistas, a força da demanda doméstica, impulsionada pelo aumento do salário mínimo em janeiro, impediu um recuo mais acentuado. "Enquanto a **produção**

industrial caiu forte em janeiro, outras coisas compensaram, como as vendas no varejo e o mercado de trabalho", disse Rafael Bacciotti, da consultoria Tendências.

Segundo sondagem divulgada pelo BC ontem, analistas do mercado financeiro reduziram suas projeções para o crescimento da economia neste ano de 3,3% para 3,23%.

Colaboraram AGNALDO BRITO e MARIANA SCHREIBER, de São Paulo

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo lança novos estímulos à indústria para conter desânimo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Fazenda prorroga redução de impostos para linha branca e estende benefício a móveis, pisos laminados e luminárias

Projeções do BC indicam que economia continuou devagar no início do ano e frustram equipe econômica

VALDO CRUZ

SHEILA D'AMORIM

LORENNA RODRIGUES

DE BRASÍLIA

A equipe econômica da presidente Dilma anunciou ontem novas medidas de estímulo à indústria, numa tentativa de reverter sinais de que a economia continuou com o pé no freio em 2012.

Projeções divulgadas ontem pelo Banco Central indicam que a atividade econômica sofreu recuo de 0,13% em janeiro, depois de ficar praticamente estagnada no segundo semestre de 2011.

Horas depois de o BC divulgar o número, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou novas reduções de impostos para a indústria, setor que mais tem sofrido com o esfriamento da economia.

O governo prorrogou por mais três meses o corte do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) dos eletrodomésticos da chamada linha branca (geladeira, fogão, máquina de lavar e de secar), em vigor desde o fim do ano.

O governo também reduziu até junho o IPI para fabricantes de móveis, pisos laminados e revestimentos, e lustres e luminárias, três setores que se queixam de dificuldades para competir com produtos importados.

Móveis e laminados tiveram a alíquota de IPI zerada. A alíquota cobrada do papel de parede foi reduzida de 20% para 10%, e o imposto de luminárias e lustres cairá de 15% para 5%.

O anúncio foi feito momentos antes de um encontro do ministro com representantes da indústria na sede da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Mantega diz ter cobrado da indústria garantias de que os empregos nos setores beneficiados serão mantidos. "A contrapartida é que não pode haver demissão", disse.

O governo informou que as medidas de estímulo anunciadas ontem representam uma renúncia de R\$ 489 milhões para os cofres públicos.

Os setores escolhidos pelo governo representam uma fatia pequena da produção industrial brasileira, equivalente a menos de 3% do total, de acordo com dados do IBGE.

Na semana passada, Dilma participou de uma reunião com 28 banqueiros e empresários e prometeu empenho do governo para defender a indústria nacional.

O ministro também anunciou a inclusão das indústrias exportadoras, de autopeças, aviação e naval no rol de setores beneficiados com medidas de desoneração da folha de pagamento.

As novas projeções do BC frustraram as expectativas da equipe econômica, que acreditava que a redução das taxas de juros e outras medidas adotadas desde o ano passado para reanimar a economia seriam suficientes para fazer a atividade recuperar o ritmo no início deste ano.

A avaliação foi que a queda de 0,13% em janeiro em comparação com dezembro poderia aumentar o desânimo dos agentes econômicos e que, por isso, era necessário reagir. Daí a decisão de anunciar ontem as novas medidas, que já estavam em estudo.

Para analistas, a força da demanda doméstica, impulsionada pelo aumento do salário mínimo em janeiro, impediu um recuo mais acentuado. "Enquanto a produção industrial caiu forte em janeiro, outras coisas compensaram, como as vendas no varejo e o mercado de trabalho", disse Rafael Bacciotti, da consultoria Tendências.

Segundo sondagem divulgada pelo BC ontem, analistas do mercado financeiro reduziram suas projeções para o crescimento da economia neste ano de 3,3% para 3,23%.

Colaboraram AGNALDO BRITO e MARIANA SCHREIBER, de São Paulo

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Planalto avalia votar Código Florestal, mas ameaça veto		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Acordo prevê que Dilma barre pontos que seriam danosos ao meio ambiente

Intenção era adiar tema para depois da Rio +20, em junho, mas bancada ruralista faz pressão para votação imediata

CLAUDIO ANGELO

MARIA CLARA CABRAL

DE BRASÍLIA

Sem força para adiar a votação da reforma do Código Florestal para depois da conferência Rio +20, em junho, o governo aceita tratar já o tema na Câmara, mas para isso costura um acordo.

A ideia é liberar a votação do texto do relator, Paulo Piau (PMDB-MG), deixando à presidente Dilma Rousseff a tarefa de vetar os pontos considerados mais danosos ao meio ambiente.

Os ruralistas ameaçam não votar a Lei Geral da Copa enquanto o código não for analisado, o que tem gerado paralisia na Câmara, evidenciando a crise com a base aliada.

O objetivo inicial do governo era protelar a votação para tentar reunir maioria em favor do texto aprovado no Senado. O Planalto argumenta que o relatório dos senadores

é o mais próximo que se chegou de um consenso entre ruralistas e ambientalistas.

A bancada do agronegócio, porém, diz que o texto do Senado prejudica os pequenos agricultores. Quer, por exemplo, ser desobrigada de cumprir percentuais de recuperação de florestas em margens de rio e é contra formulações gerais do texto que, segundo eles, dão caráter excessivamente ambiental ao código.

Das cerca de 30 alterações ao texto do Senado, o governo aceita quatro, segundo a Folha apurou, entre elas retirar essas formulações.

Outra mudança seria suprimir a necessidade de manter ao menos 20 m² de área verde, por pessoa, no avanço da urbanização sobre as áreas.

A votação pode ocorrer no dia 10. No dia seguinte, vence o decreto que suspende as multas a desmatadores.

A ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente) negou que haja acordo, mas disse que o governo não vê dificuldade em prorrogar a suspensão de multas.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO PIMentel tem dez dias para se explicar		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Comissão de Ética da Presidência da República deu ontem dez dias de prazo para o ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, dar esclarecimentos sobre as consultorias que lhe renderam R\$ 2 milhões em 2009 e 2010, quando ainda não era do governo. Parte desse dinheiro foi para palestras que nunca ocorreram.

Comissão de Ética: PIMentel precisa se explicar

Em votação apertada, conselheiros dão dez dias para que ministro esclareça consultorias que lhe renderam R\$ 2 milhões

Luiza Damé

Gustavo Miranda

BRASÍLIA. A Comissão de Ética Pública da Presidência resolveu ontem dar continuidade ao processo contra o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMentel, e deu prazo de dez dias para ele apresentar esclarecimentos sobre as consultorias que lhe renderam R\$ 2 milhões antes de integrar o governo Dilma Rousseff, como mostrou O GLOBO em dezembro.

A decisão foi apertada: os conselheiros Américo Lacombe, Roberto Caldas (indicado por Dilma para disputar uma vaga de juiz na Corte Internacional de Direitos Humanos) e Padre José Ernanne Pinheiro votaram pelo arquivamento. O relator Fávio Coutinho, Marília Muricy e o presidente da comissão, Sepúlveda Pertence, foram pela continuidade do processo. Sepúlveda deu o voto de minerva:

- Decidiu-se, pelo meu voto de minerva, encaminhar pedido de informações e esclarecimentos ao ministro.

Na última reunião, dia 13, Coutinho votou pela continuidade da investigação, mas Caldas pediu vista. No voto apresentado ontem, Caldas argumentou que a consultoria feita por PIMentel foi anterior ao cargo de ministro e que, naquela época, ele não exercia função pública. Para Caldas, no período em que foi consultor, PIMentel respondia ao código de ética do economista, e sua conduta deve ser avaliada pelo Conselho Regional de Economia.

- O ministro PIMentel assumiu o Ministério em 2011, os fatos são anteriores e cessaram naquele momento. O ministro ainda não era autoridade abrangida pelo Código de Conduta da Alta Administração - disse Caldas.

Sepúlveda concordou em termos com a interpretação dos três conselheiros, mas disse que, em "situações excepcionais", a comissão pode se manifestar sobre atos anteriores ao exercício do cargo público, desde que eles possam comprometer a conduta da autoridade:

- Sem fazer nenhum juízo de mérito, por ora, sobre as acusações ao ministro do Desenvolvimento, resolvemos dar-lhe a oportunidade de se manifestar, para que então possamos ajuizar se existe essa situação excepcional em que se justificaria a abertura de procedimento ético, embora os fatos sejam todos eles anteriores à sua posse no Ministério - disse Sepúlveda.

Em nota, o Ministério do Desenvolvimento disse que PIMentel está à disposição para prestar os esclarecimentos solicitados pela Comissão de Ética. O ministro, que acompanha Dilma à Índia, "aguarda o comunicado oficial do resultado da reunião da comissão".

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Chinaglia admite votar código antes da Rio+20		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Temendo derrota para ruralistas, governo queria que a votação ocorresse depois da conferência

Cristiane Jungblut

BRASÍLIA. Mesmo com um cronograma de "folga" para a Câmara até 10 de abril - sem a votação dos principais temas da Lei Geral da Copa e do Código Florestal -, o líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), disse ontem que a intenção é votar o Código Florestal antes da realização da Rio+20, em junho. O Palácio do Planalto havia sinalizado que queria deixar a questão para depois do evento, temendo uma derrota para os ruralistas.

Como os parlamentares vincularam a aprovação da Lei da Copa a um acordo sobre o código, Chinaglia disse que, neste momento, está se tentando chegar a um "acordo de conteúdo" sobre o segundo ponto. Chinaglia chamou de "primeiro teste de estresse da base" a tentativa frustrada de votar, semana passada, a Lei Geral da Copa.

Na ocasião, os partidos aliados obstruíram a votação e condicionaram a aprovação da Lei da Copa, de interesse da Fifa, a um acordo sobre o código. Apesar de o impasse permanecer, Chinaglia disse que esse teste foi **importante** para saber o posicionamento da base aliada:

- O espírito é ver até onde é possível haver acordos. Temos que aplaudir a Rio+20, mas não é isso que vai nos pautar, não há essa relação tão direta. Mas queremos votar antes da Rio+20 - disse Chinaglia.

A ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, admitiu ontem a possibilidade de o governo negociar alterações no Código Florestal. Segundo Ideli, o governo entendia que o texto negociado no Senado contemplava os interesses dos de ruralistas e ambientalistas, mas se deparou com um a realidade diferente na Câmara.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma quer Lobão na presidência do Senado		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Presidente pretende impedir que Renan suceda a Sarney; cúpula do PMDB não aceita interferência

Gerson Camarotti

BRASÍLIA. De forma reservada, a presidente Dilma Rousseff falou recentemente com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para que ele seja candidato à presidência do Senado, em 2013. A articulação de Dilma é um sinal claro de que ela está determinada a evitar que o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), seja uma opção para suceder a José Sarney (PMDB-AP) a partir de fevereiro.

Caciques do PMDB já reagem reservadamente ao que consideram uma intervenção da presidente numa questão interna do Congresso e do partido.

Cauteloso, Lobão teria dito a Dilma que ainda é cedo para a campanha do próximo ano. Mas não descartou a possibilidade. Procurado pelo GLOBO, Lobão evitou falar sobre a conversa.

Após a troca dos líderes do governo Romero Jucá (PMDB-RR) e Cândido Vaccarezza (PT-SP), Dilma quer influir na sucessão não só do Senado, mas da Câmara. Internamente, a presidente tem manifestado contrariedade com a candidatura do líder do PMDB, deputado Henrique Eduardo Alves (RN). Ela quer ter no comando das duas Casas parlamentares afinados com o Palácio do Planalto.

Segundo interlocutores da presidente, Renan e Henrique Alves são vistos no Planalto como uma barreira para mudar as velhas práticas políticas na relação do Executivo com o Legislativo.

Essa disposição de Dilma preocupa a cúpula peemedebista, que já avisou a seus interlocutores: uma interferência direta dela nesse processo terá potencial de transformar a atual rebelião numa crise mais profunda até o final do ano.

	VEÍCULO AGENCIA DE NOTICIAS DO ACRE	EDITORIA	
	TÍTULO Tião Viana e governadores da <u>Amazônia</u> discutem documento que será apresentado na Rio + 20		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O governador Tião Viana e mais oito governadores da Amazônia Legal (Pará, Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Amapá, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso) participam em Belém do Pará da segunda reunião preparatória para a criação da "Agenda Amazônia", que será apresentada na Rio + 20.

O objetivo da reunião, com o tema "A construção da agenda amazônica rumo à Rio + 20", é propiciar o debate entre os governadores da região amazônica sobre os principais temas, compromissos e questões a serem consideradas na construção de uma agenda comum dos Estados. O encontro acontece no Hangar - Centro de Convenções e Feiras da Amazônia.

O governador Tião Viana contribuiu com o debate, defendendo, entre outras coisas, a constituição do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável, composto pela presidente Dilma Rousseff, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Relações Exteriores, da Defesa e governadores da Amazônia. Tião disse ainda que os estados têm muito em comum e que precisam discutir o que vão fazer e como vão se unir. "Todos estamos interessados no fortalecimento da Amazônia, e faltam políticas para essa região."

O governador Tião Viana contribuiu com o debate, defendendo a constituição do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (Cristino Martins/Agência Pará)

O secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, acompanha o encontro dos governadores que apontará os principais pontos de discussão a serem levados para o "Rio + 20" - encontro mundial que marcará os 20 anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) - e deverá contribuir para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.

O encontro, em Belém, debate temas como reforma tributária, infraestrutura e questões ambientais, além dos

compromissos e questões a serem consideradas na construção de uma agenda comum aos Estados. A terceira e última reunião, que vai selar a proposta a ser apresentada conjuntamente pelos governadores da Amazônia Legal, vai ocorrer em maio, no Estado do Acre.

O encontro em Belém debate temas como reforma tributária, infraestrutura e questões ambientais (Cristino Martins/Agência Pará)

Propostas - Numa primeira minuta do documento que está sendo discutido em Belém, entre os temas que deverão ser abordados pelos nove governadores da Amazônia Legal, está o reconhecimento dos importantes avanços alcançados desde a Rio 92, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Eles destacam também a Economia Verde como o conjunto de instrumentos econômicos, financeiros e regulatórios para se atingir os objetivos desse desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, que deve ser priorizada.

No documento, os dirigentes também alertam para a utilização de forma ineficiente e insustentável dos recursos naturais e que os impactos nos ecossistemas e na biodiversidade estão criando situações irreversíveis ou de reversão extremamente custosa.

Entre outras questões, são citadas as mudanças climáticas - hoje uma realidade - e a necessidade do estabelecimento de uma estratégia de crescimento de baixo carbono.

Com informações do Diário Online do Pará, Agência Pará de Notícias e Governo do Mato Grosso

	VEÍCULO AGENCIA DE NOTICIAS DO ACRE	EDITORIA
	TÍTULO Jatene está na comissão que vai elaborar a Carta <u>Amazônia</u>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Da Redação

Agência Pará de Notícias

Atualizado em 26/03/2012 às 19:51

Uma comissão formada pelos governadores do Pará, Simão Jatene; do Acre, Tião Viana, e do Amapá, Camilo CaPIBeribe, foi definida na tarde desta segunda-feira (26), durante o encontro dos líderes políticos dos nove Estados da Amazônia Legal (Pará, Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Amapá, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso), em Belém, para definir os principais assuntos que serão apresentados por eles à comunidade mundial na Rio + 20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que será realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 13 a 22 de junho.

Esta foi a segunda reunião preparatória para a criação de uma “agenda amazônica”. A primeira - também convocada por Simão Jatene - aconteceu em maio do ano passado. A partir de agora, os três governadores serão os responsáveis pela sistematização das demandas da região e apresentação na última reunião antes da Rio + 20, marcada para 1º de junho, em Manaus, no Estado do Amazonas. Neste encontro, os governadores deverão selar a “Carta Amazônia”, documento que celebrará a proposta a ser apresentada conjuntamente por eles na Conferência das Nações Unidas.

Em entrevista à imprensa ao final do encontro, o governador Simão Jatene explicou a principal intenção do documento. “Queremos reafirmar ao mundo que já fizemos uma parte do nosso dever de casa - os números mostram isso. É possível avançarmos de forma sustentável, mas isso tem um custo, que precisa ser arcado não apenas pela população que aqui vive, mas por todo o país e todo o mundo, já que é uma questão planetária”, frisou.

Entre os avanços alcançados pela Amazônia em escala global, Jatene destacou a redução significativa na emissão de gás carbônico. Segundo ele, a Amazônia, que já chegou a emitir 1.2 gigatons de CO2, hoje libera apenas 0.4, significando uma redução 2.2 gigatons. “Isso sugere claramente o dever de casa sendo feito, num esforço dos governos locais”, disse o governador paraense, acrescentando que os demais países, após o Protocolo de Kioto, não

ultrapassaram a meta de redução estipulada em gigatons de carbono.

Infraestrutura - Como forma de compensação, Jatene informou que os líderes sugerem “programas que venham a ajudar a melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida das pessoas, inclusive do Governo Federal em articulação com os Estados; e também fontes de financiamento, até mesmo internacionais, em uma ação clara para que o custo que vem sendo pago pela Amazônia seja rateado entre os países, já que a redução de CO2 interessa ao mundo”, afirmou.

O governador Camilo CaPIBeribe avaliou positivamente o encontro. “Tivemos a oportunidade de colocar claramente nossas demandas, de trocarmos informações entre nós e repassarmos ao Governo Federal, através de seu representante presente ao encontro. Estamos cada vez mais avançado na construção de uma agenda conjunta entre os governos estadual e federal, para poder ter um horizonte melhor para a Amazônia e mais confortável para o Brasil durante a Rio + 20”, afirmou.

Camilo CaPIBeribe destacou que os principais temas discutidos durante o encontro foram o desenvolvimento sustentável, a promoção da economia verde, a inclusão social e a erradicação da pobreza. “Tudo isto será incluso na Carta Amazônia, que será apresentada à presidenta Dilma Rousseff, para que possamos compartilhar de uma agenda comum, com medidas claras e concretas a ser apresentadas pelo Brasil na Conferência das Nações Unidas”, informou.

O secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, que acompanhou o debate, defendeu o protagonismo da região na tomada de decisões para o desenvolvimento sustentável. “A Amazônia precisa ser ouvida, e ninguém melhor que os próprios governadores da região para se posicionarem e dar suas contribuições para o debate. Essa é uma participação necessária”, ressaltou Francisco Gaetani, que representou o Governo Federal no encontro, junto com o subchefe de Assuntos Federativos da Comissão de Relações Institucionais da Presidência da República, Olavo Alves.

Também participaram da reunião, convidados por Simão Jatene, os governadores Tião Viana, do Acre; Omar

Aziz, do **Amazonas**; José Anchieta Júnior, de Roraima; Camilo CaPIBeribe, do Amapá, e Silval Barbosa, do Mato Grosso. Os Estados de Rondônia, Maranhão e Tocantins foram representados pelos seus vices-governadores, Airton Pedro Gurgacz, Washington Luís e João Oliveira.

Secretários e técnicos estaduais de Meio Ambiente dos nove Estados e da União também participaram do evento, a

fim de definir os pontos comuns a serem incluídos na Carta **Amazônia**. Ainda em fase de elaboração, o documento deve ser entregue até 8 de abril aos governos, e finalizado em 1º de junho, em **Manaus**. Licenciamento, economia, sistema tributário, **produção** sustentável e pesquisas estão entre os temas contemplados na proposta dos gestores. O encontro entre secretários e técnicos termina nesta terça-feira (27).

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Comércio eletrônico deve ter <u>ICMS</u> rateado entre Estados		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Ribamar Oliveira e Maíra Magro | De Brasília

O governo quer resolver um conflito entre os Estados que está se transformando em nova guerra fiscal. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, pediu que o Senado aprove o mais rápido possível a proposta de emenda constitucional (PEC) que muda o sistema de cobrança do ICMS nas vendas pela internet, o chamado comércio eletrônico. Atualmente, quase toda a receita do ICMS no varejo eletrônico fica nos Estados do Sul e Sudeste, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, sedes das empresas "pontocom". Os demais Estados tentam participar do bolo, cobrando alíquota adicional de ICMS, o que está sendo questionado na Justiça sob o argumento de bitributação

O comércio eletrônico não existia no Brasil quando a Constituição foi promulgada. Assim, ela disciplinou só as formas tradicionais de venda, nas quais o ICMS deve ocorrer na origem quando o consumidor final estiver em outro Estado e não for contribuinte do imposto. A PEC apoiada pelo governo muda isso e determina que parte do ICMS incidente nas chamadas vendas não presenciais, como é o caso do comércio

eletrônico, ficará com o Estado de destino da mercadoria, na forma a ser definida pelo Senado. Enquanto isso não ocorrer, os Estados destinatários ficarão com 70% da diferença entre a alíquota interna e a interestadual do ICMS. "Vamos aprovar a PEC ainda neste semestre", disse o senador Delcídio do Amaral (PT-MS), presidente da Comissão de Assuntos Econômico (CAE) do Senado.

O faturamento do comércio eletrônico cresce em ritmo superior a 25% ao ano e chegou a R\$ 18,7 bilhões em 2011, segundo estimativa da e-bit. O número de consumidores cresceu cerca de 9 milhões em relação a 2010. Estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste alegam perdas de receita. A Bahia diz que deixou de receber R\$ 90 milhões em 2010, antes de começar a cobrar um adicional sobre essas operações. No Mato Grosso, a Fazenda calcula prejuízos de quase R\$ 300 milhões. No Piauí, impedido de cobrar o ICMS por liminar do STF, a Fazenda reclama de evasão de R\$ 140 milhões por ano. Outros Estados, como o Ceará, continuam cobrando o adicional.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Fazenda amplia desoneração de IPI, mas não quer demissões		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Marta Watanabe, Rodrigo Pedroso e Tainara Machado, | De São Paulo

O **Governo Federal** vai prorrogar por três meses a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para itens da linha branca e estendeu o benefício para o setor de móveis e luminárias, informou ontem, em São Paulo, o ministro da Fazenda, Guido Mantega. As medidas valem até 30 de junho.

As medidas envolvem renúncia fiscal de R\$ 489 milhões e os setores beneficiados não poderão demitir, informou o ministro, ontem, antes de se reunir com cerca de cem empresários na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). "Com elas esperamos aquecer a economia neste primeiro semestre", disse, acrescentando que "a economia estará crescendo 5% no segundo semestre". As medidas foram antecipadas pelo site do Valor.

Em dezembro, o governo eliminou a alíquota do IPI sobre fogões (antes em 4%) e máquinas de lavar semiautomáticas (antes em 10%), enquanto o IPI sobre refrigeradores e geladeiras passou de 15% para 5% e o de máquinas de lavar, de 20% para 10%. Ontem foi anunciado o IPI menor para móveis (de 5 % para 0%), laminados (de 15% para 0%) e luminárias (de 15% para 5%), também até o fim de junho.

Segundo o ministro, nos setores beneficiados pela redução do IPI deve haver redução de preços, o que estimulará a demanda e a **produção**. Além disso, Mantega foi enfático: "Não pode haver demissões de trabalhadores nesses setores".

Na opinião do ministro, os setores escolhidos perderam dinamismo nos últimos meses e isso impactou a **produção**. No auge da crise de 2009, foram desonerados a linha branca e o setor automobilístico. Agora, disse, o setor automotivo precisa de mais crédito, o que é feito via relaxamento das medidas macroprudenciais e redução do custo de financiamento. "As medidas estão em estudo e em breve teremos o resultado", disse Mantega, sem especificar como o crédito será barateado.

Após a reunião com os empresários, o ministro disse que o **Governo Federal** deve ampliar a desoneração da folha de salários para segmentos como têxteis, móveis, autopeças e aviação. A alíquota cobrada sobre o faturamento, informou, será menor do que 1,5%, mas ele não especificou qual será a taxa. "Queremos chegar em um denominador comum que beneficie a **produção**", disse o ministro. Ele afirmou que uma alíquota única para todos os setores seria melhor, mas que não necessariamente será o procedimento adotado.

A desoneração da folha de pagamentos nesta segunda rodada será concentrada em setores intensivos em mão de obra ou **exportadores**, afirmou o ministro da Fazenda. "Estão sendo escolhidos setores que usam mão de obra intensiva, porque geram impacto no emprego", afirmou o ministro, referindo-se a calçados e confecções, já contemplados pela isenção da alíquota sobre folha em troca de contribuição sobre faturamento, além de móveis e têxteis, que devem ser incluídos no novo anúncio.

O ministro disse que todos os setores industriais que tiverem interesse poderão ser beneficiados, mas que o governo já está dialogando com setores **exportadores**, como o naval e o aeronáutico, além de do setor de autopeças, que sofre com o processo de "desnacionalização".

"Já discutimos com a maioria dos setores, depois estaremos prontos para aprovação da redução dos tributos", disse o ministro, após reunião com mais de cem empresários na Fiesp.

Ele declarou que há visão convergente entre os empresários e o **Governo Federal** sobre as medidas de estímulo à indústria. A divergência, segundo ele, é sobre a forma de atuação. A indústria gostaria de mais desoneração. "O governo quer que a indústria sobreviva". Segundo o ministro, "falta conversar com um ou dois setores" para que o governo possa anunciar a ampliação da desoneração, mas isso será feito logo, disse Mantega

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria, de novo, derruba prévia do <u>PIB</u> feita pelo BC		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Indicador de Atividade Econômica do Banco Central retrai 0,13% em janeiro na comparação mensal; economistas entendem que movimento incerto do setor gera dúvidas sobre expansão do país no ano

Gustavo Machado

A indústria, mais uma vez, proporcionou a queda do nível de atividade econômica do país. Segundo o Banco Central (BC), o IBC-Br - entendido como uma prévia mensal para o Produto Interno Bruto (PIB) - teve retração de 0,13% na comparação entre janeiro deste ano e dezembro de 2011. Embora o comércio varejista e o segmento de serviços continuem a navegar de vento em popa, o setor produtivo continua a patinar.

De acordo com economistas consultados pelo Brasil ECONÔMICO, a indústria manufatureira continua a sofrer neste ano. Embora o recuo do nível de atividade não tenha surpreendido os analistas, o mau desempenho da indústria cria incertezas para 2012.

Os indicadores referentes ao setor relutam em apresentar qualquer aceleração consistente.

No último ano, os produtores de automóveis leves e têxteis reclamavam da falta de competitividade e diversas medidas foram tomadas. Agora o calçadista e de veículos pesados puxam o côro alarmando a perda de fôlego dos produtores.

Newton Rosa, economista-chefe da Sul América Investimentos, afirma que a indústria, ainda que de forma letárgica, melhorará ao longo do ano. "O consumo continuará sendo o motor. De alguma forma, a indústria irá sentir essa influencia. Mesmo que não apresente um desempenho regular", diz.

Apesar das ações praticadas ao longo do último ano pela equipe econômica comandada pela presidente Dilma Rousseff - cortes na taxa básica de juros (Selic), revisão das medidas macroprudenciais, redução de impostos para a linha branca e mudanças no recolhimento de INSS para algumas áreas - ainda não foi percebido qualquer efeito prático, o que cria um sentimento de que o governo é incapaz de lidar

com o que economistas ligados a indústria chamam de desindustrialização.

Júlio Gomes de Almeida, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), reconhece a dificuldade encontrada pela presidente. "O governo tem que estabelecer até que ponto está disposto a ir para ter um sistema industrial forte", diz. "Não vejo uma determinação para fazer as reformas necessárias", conclui.

Os economistas concordam que a falta de competitividade não concerne apenas à indústria, mas a todo o país. Argumentam que comércio e serviços avançam porque não sofrem com a concorrência internacional. "Esse é o modelo de crescimento que adotamos. O setor terciário não sofre porque comercializa itens non-tradables, ou seja, que não são facilmente importados", explica Rafael Bacciotti, da Tendências. Mas outro indicador, calculado pela Serasa Experian e que também mede o nível de atividade da economia, apontou aceleração, ao contrário do BC.

Segundo o PIB Mensal da consultora financeira, o país cresceu 0,7% em janeiro. A justificativa apontada pela Serasa vai contra os dados do governo. "O setor industrial foi o que puxou a expansão da atividade econômica no primeiro mês deste ano, crescendo 0,7% em relação a dezembro de 2011." Segundo a instituição, a construção civil e o setor de energia puxaram a alta.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Atividade do setor está abaixo do usual, diz CNI

Apesar de melhorar em relação ao início do ano, a indústria de construção teve desempenho abaixo do usual em fevereiro.

Segundo pesquisa divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o índice que mede a atividade do setor ficou em 49,1 pontos no mês passado, ante 47 pontos registrados em janeiro.

Segundo a CNI, a queda foi influenciada pelas pequenas empresas do segmento, cujo indicador assinalou 46 pontos no mês passado.

O índice varia de 0 a 100 pontos.

Valores abaixo de 50 pontos mostram desempenho inferior ao normal para o mês.

No caso das pequenas empresas, foi o oitavo mês que o indicador ficou abaixo da média.

Embora o desempenho do setor ainda esteja inferior ao normal, os empresários mostraram-se otimistas em relação aos próximos meses. Todos os indicadores de expectativas para a construção civil ficaram em torno de 60 pontos. O índice de

expectativa atingiu 61,9 pontos para o nível de atividade e 62 pontos para a compra de insumos e matérias-primas.

ABr